



FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE – FACS

CURSO: PSICOLOGIA

**A FUNÇÃO DA DIFERENÇA
NA CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO**

JOANA PANTOJA SCHARINGER

BRASÍLIA

JUNHO/2004

JOANA PANTOJA SCHARINGER

A FUNÇÃO DA DIFERENÇA
NA CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO

Monografia apresentada como
Requisito para conclusão do curso de
Psicologia do UniCEUB – Centro
Universitário de Brasília.

Prof.(a) orientador(a):

Morgana de Almeida e Queiroz

Brasília/DF, Junho de 2004

Aos meus pais,
pelo eterno apoio.

SUMÁRIO

Introdução-----	5 - 7
Capítulo 1-----	8 - 15
Capítulo 2-----	16 - 29
Considerações Finais-----	30 - 34
Referência Bibliográfica-----	35 -36

RESUMO

Em um mundo globalizado como o atual, a diferença e a singularidade entre os sujeitos parece estar se dissolvendo. Exatamente por isso, uma discussão sobre a função da diferença torna-se relevante. Para discutir tal questão, devemos abordar os primórdios da infância, transcorrendo pelo desenvolvimento do sujeito, para buscar entender em que momento da constituição nasce a noção de diferenciação eu-outro. Buscaremos também entender como se dá o processo de diferenciação em cada uma das estruturas clínicas, neurose, psicose e perversão, entendendo que tal diferenciação começa na relação mãe-bebê, a qual iremos descrever com detalhes. Este trabalho, portanto, tem como objetivo compreender qual a função da diferença na constituição do sujeito, levando-nos a suspeitar que a diferenciação, ao preservar a singularidade do sujeito, tem função de preservar a própria saúde psíquica do mesmo.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo mergulhar num tema extremamente atual e intrigante: o tema da diferença. Ao falarmos de diferença hoje, a primeira pergunta que nos ocorre é se num mundo cada vez mais globalizado há espaço para ela. A sociedade capitalista, ao criar um público consumidor para seu mercado, instiga um desejo consumista, padronizando valores e modos de agir. A partir deste momento, as pessoas passam a desejar as mesmas coisas, se vestir do mesmo modo, pensar da mesma maneira e até sofrer as mesmas doenças. É a moda catequizando todos os âmbitos da existência. Os desejos passam assim, a ter características universais, nos levando a questionar para onde isto está se encaminhando. Parece caminhar para uma dissolução das singularidades, onde o querer, o sentir e o ser, agora não são mais legítimos, perderam sua autenticidade em nome do capitalismo.

Guattari (2000) defende que a modernidade está sendo tomada por um movimento de ‘cultura de massa’, onde há uma normatização de comportamentos e da subjetividade. Ele explica que hoje, vê-se uma ‘produção de subjetividades’ como se a sociedade fosse uma grande fábrica. Esta fábrica tem poder tão avassalador que é capaz de controlar nossas fantasias, nosso modo de ser, de se apaixonar e, até mesmo quando dormimos estando presente em nossos sonhos. Esta é a sociedade moderna, que segue um caminho cada vez mais obscuro, de padronização, semelhança e universalização. Estaremos próximo de um futuro de pessoas indistinguíveis? Da era dos clones? Alguns chamariam esta visão de pessimista, outros de exagerada. Acontece que basta ligar a televisão ou andar pelos shoppings para enxergar infeliz realidade. Mas e a diferença? Ela ainda tem chances no mundo de hoje? A resposta de Guattari (2000) tem base na subjetividade. Ele defende que a saída seria o sujeito fugir de um lugar de individuação, o qual a sociedade produz e impõe, e ir ao encontro de uma singularização. Este processo, que se daria por meios de criação e expressão, permitiria ao sujeito um resgate de aspectos da sua própria subjetividade. Portanto, de acordo com esta visão, através da singularização a diferença poderia ser reafirmada, enfim, resgatada.

Muitos outros autores, principalmente filósofos, se dedicaram a esta questão da diferença com diversas abordagens. Husserl (2001), ao inaugurar a fenomenologia, elabora uma teoria do outro, concluindo que o sujeito constitui o outro. Heidegger (1977), *apud* Pelizzoli (2002), é um

filósofo que irá criticar tal teoria fenomenológica do outro defendendo que não é isso uma discussão sobre a diferença. Sua crítica segue a idéia de que o sujeito constitutivo, ao sugerir que o outro é constituído pelo sujeito, implica num entendimento do outro mais como identidade do sujeito do que como diferença. Ele explica assim, que quase toda a tradição filosófica não entendeu a idéia de diferença, e que a metafísica tradicional e a moderna seguiram uma repetitiva afirmação da identidade. Lacan (1968), *apud* Fink (1998), propõe que o sujeito é constituído pelo Outro. Trata-se de um caminho inverso ao de Husserl (2001), o que não é dizer a mesma coisa, porém, receberia a mesma crítica de Heidegger, afinal, em Lacan, falar do sujeito é necessariamente falar do Outro. Nos dois casos situa-se o sujeito e o outro tendendo à simetria, o que implica num foco nada preocupado com a singularidade. Levinas (1961), *apud* Pelizzoli (2002), diria que nem Husserl, nem Heidegger estariam explicando a diferença por partirem do mesmo e não do outro em suas argumentações. A mesma crítica se aplicaria a Lacan. Deste modo, uma teoria do outro, a qual pressupõe-se, deveria falar da diferença, e perguntar onde esta está, acaba por falar da intersubjetividade, focando no que o outro tem a ver comigo, e não no que o outro NÃO tem a ver comigo. Portanto, pensar o outro não necessariamente é pensar a diferença. Nietzsche (1872), *apud* Onate (2003), com seu forte interesse na questão da criação, deslocaria a discussão para outro âmbito, ao permitir inferir que a diferença está na criatividade – idéia também de Guattari (2000). Algo a se pensar é que a teoria do outro de Lacan, a princípio não parece ter a pretensão de responder sobre a diferença, mas se olharmos com mais atenção, poderemos encontrar esta resposta na teoria do gozo: a diferença está no modo que cada indivíduo goza do outro. Esta resposta, sem dúvida, também não estaria isenta de críticas, mas deixemos este aspecto para uma outra discussão.

Diferença é, portanto, um tema muito amplo que nos convida a pensar variadas questões: alteridade, singularidade, individualidade, teoria do outro, criatividade, subjetividade etc. As problemáticas provenientes destas questões são ainda mais numerosas: o que é o outro, onde está a diferença, será que ela de fato existe... etc. Com tanto a se pensar, algo parece não deixar dúvidas: para falar da diferença, muito terá que ser dito sobre a subjetividade. Afinal, por se tratar de pessoas, a subjetividade será sempre palavra-chave na discussão. E se quisermos começar um estudo minucioso sobre a diferença, seria relevante como primeiro passo de uma longa jornada, voltar nos primórdios do nascimento, depois seguir pela constituição do sujeito para compreender o que faz a diferença nesta constituição, pois parece que a diferença tem alguma função neste

processo, do contrário, já nasceríamos todos clones um do outro, e o capitalismo não precisaria gastar milhões em estratégias para padronizar nossos desejos, pois já nasceríamos padronizados.

Assim, este trabalho pretende apenas dar um primeiro passo, buscando entender qual a função da diferença na constituição do sujeito, levando em consideração a distinção desta função em cada uma das estruturas clínicas. Para cada estrutura uma atenção particular deverá ser dada. Na neurose a diferença será eficazmente estabelecida, na perversão a diferença vai existir, mas o sujeito vai desconsiderá-la, e na psicose, a diferença vai ser completamente mal sucedida acarretando conseqüências graves e muito dolorosas para o psicótico. São estes os fatores que pretendo abordar neste trabalho, propondo um entendimento do que seja diferença, e da função desta na vida de uma pessoa.

O capítulo primeiro será dedicado a esclarecimentos conceituais e teóricos básicos os quais devem ser abordados para que a discussão aqui proposta seja realizada. Será dada atenção especial aos conceitos de diferença, alteridade e sujeito. Além disso, no mesmo capítulo será pertinente abordar alguns pontos teóricos que dizem respeito ao desenvolvimento de uma pessoa, desde seu nascimento até a constituição de sua subjetividade, entendendo-se que são estes momentos distintos. Para isto, será enfatizado temas relativos à infância tais como relação fusional mãe-bebê, narcisismo, auto-erotismo, complexo de Édipo, estágio do espelho e função paterna. Assim será, porque consideramos que a diferenciação eu-outro, constitui-se, essencialmente, nestes primeiros momentos de vida.

No segundo capítulo a ênfase será dada aos modos específicos de relação mãe-bebê, ou seja, às suas variantes, que são nada menos do que determinantes para que se constitua a estrutura clínica de um sujeito. Em conseqüência, há uma relação eu-outro característica em cada estrutura. Isto significa que em cada estrutura clínica haverá um modo específico de relação, e principalmente, de diferenciação. Assim sendo, vemos necessário apontarmos, dentro do possível, cada modo de funcionamento específico, que são: a neurose, perversão e psicose. Por fim, depois de compreendermos como se dá a diferenciação eu-outro em cada estrutura, iremos questionar qual a função desta mesma na organização do psiquismo humano.

CAPÍTULO 1

O diferente é aquilo que não é o mesmo, mas sim desigual, divergido, outro. Dentro deste conceito o que mais nos interessa aqui é a diferença entre sujeitos, ou seja, mais especificamente a alteridade. Segundo a enciclopédia *Logos* (1997), o substantivo alteridade deriva do latim *alteritas*, com o sentido de outro, múltiplo, diverso e desunião. Refere-se, freqüentemente, a relação de distinção de um ser a outro. Este outro poderia ser outro num modo específico, como na distinção entre dois seres, ou num modo mais essencial, como na distinção de um ser e um não-ser.

Rudolf Otto (1992), filósofo da religião, leva-nos a pensar que a verdadeira alteridade estaria no Sagrado. Ele emprega ao divino o termo “totalmente outro”, indicando que está no divino aquilo que foge completamente ao domínio do familiar. Trata-se de algo que, definitivamente, não se confunde com o ente comum. Esta noção sugere a existência de algo totalmente transcendente e externo ao sujeito. Pelizzoli (2002), em seus estudos sobre a teoria de Lévinas, define alteridade da seguinte maneira:

A característica própria do outro de ser realmente outro, fora da razão do mesmo, da totalidade (Sistema), ou do ‘outro eu’. Num nível de subjetividade, trata-se daquilo que atravessa o eu que não tem seu centro em si, mas é corporeidade, ‘inconsciente’, estranheza, vulnerabilidade e infinitude; o que, em acompanhando o eu, o faz sempre estrapolar ou ir além do eu. (p. 246)

Esta definição de alteridade propõe um outro ser e um outro dentro do ser. Ou seja, há algo fora de mim que é outro, e há um outro que dentro de mim, em mim se difere. Esta é precisamente a visão lacaniana de alteridade. Fink (1998) explica que Lacan entende por alteridade tudo aquilo que é “estranho ou estrangeiro para um sujeito” (p. 9). Esta alteridade, segundo Fink (1998), teria duas especificações. A primeira diz respeito ao que Lacan denomina de pequeno outro, que são os outros sujeitos próximos. A segunda Lacan denominou de o Outro (ou o grande outro), que diz respeito a todo o mundo do simbólico, de significantes, onde a cultura domina nosso imaginário. Trata-se da parte de nós que é inconsciente e que vez ou outra

lidamos com ela como se tal fosse estrangeira. São aquelas vezes em que queremos dizer algo, mas outra palavra sai de nossas bocas, como se outro alguém estivesse falando por nós. É o Outro que nos habita.

Ao longo deste trabalho, ao usarmos a palavra diferença, estaremos ressaltando, principalmente, a distinção entre sujeitos, ou seja, estaremos fazendo referência ao pequeno outro. Assim prosseguiremos por compreender que esta distinção tem função crucial na constituição do sujeito. É ela que permitirá certa singularidade, no sentido de traçar a linha divisória na subjetividade de um ser para com outro. Além disso, é esta diferença que pode determinar a instauração do mundo simbólico, o modo de funcionamento do sujeito, e conseqüentemente sua estrutura clínica.

Antes de seguirmos a diante, um outro conceito deve ser destacado, é o conceito de sujeito. A noção aqui considerada será de sujeito lacaniano. Trata-se de um sujeito que não é o 'indivíduo', não é o sujeito cartesiano, é atravessado pelo simbólico e é alienado pelo desejo do Outro. Veremos o porquê destas considerações.

O sujeito não é o 'indivíduo' porque ele não é único e isolado, no sentido de ser indivisível como um todo coeso, pelo contrário, este sujeito é dividido em consciência e inconsciência. Além disso, como coloca Fink (1998), tal divisão é condição essencial de existência, no sentido em que não há sujeito algum no mundo que não se depare com estas suas duas partes radicalmente diferentes.

Guattari (2001) distingue individualidade de subjetividade, ao culpar a sociedade moderna de individualizar as pessoas. A idéia de indivíduo, segundo esta visão, estaria mais relacionada ao sujeito da consciência e a sociedade moderna estaria insistentemente afirmando este sujeito. No entanto, a subjetividade tem múltiplas facetas, ela não envolve apenas a consciência. Guattari (2001) explica que quando dirigimos, por exemplo, a individuação desaparece, pois a direção flui, ela é automática, nos levando a agir de forma praticamente inconsciente.

Se o sujeito é dividido em consciente e inconsciente, e exatamente por isso, não é um indivíduo, então certamente, este não será o sujeito cartesiano. Afinal, se trata de um sujeito da incerteza, do desconhecimento, que é em sua maioria estranheza. Fink (1998) explica que o cogito cartesiano não ganha espaço aqui, pois não é o caso do "penso, logo existo", mas sim de "existo onde não estou", implicando a idéia de que o sujeito é principalmente um sujeito onde ele mesmo desconhece, onde ele mesmo é estranheza. Além do que, o sujeito é propriamente este

conflito entre certeza e não certeza, e não um sujeito da certeza puramente. Isto nos remete a uma importante idéia sobre a diferença: o sujeito é essencialmente um sujeito em sua parte mais estrangeira, ou seja, no Outro, em seu mundo simbólico.

A marca do simbólico na vida de um sujeito, é a marca essencial para que se inaugure a diferença que aqui nos interessa. Um sujeito atravessado pelo simbólico é um sujeito que deve possuir as duas formas de alteridades definidas por Lacan, que são o pequeno outro e o grande Outro. No entanto, o sujeito não nasce com a marca do simbólico e nem com a marca da diferença, ele as adquire ao longo da infância. Veremos como isto se dá.

Ao nascer, o bebê estabelece com a mãe uma relação simbiótica tão profunda que não há noção alguma de separação. Trata-se de um sujeito muito fragmentado e sem a menor capacidade de se diferenciar do outro. A sensação do bebê passa pela sensação da mãe e o corpo da mãe é como se fosse o prolongamento do corpo do bebê. Para este bebê, o peito materno é parte dele mesmo. Esta etapa da vida é denominada por Freud (1998) de auto-erotismo, onde o bebê escolhe a si mesmo como objeto amoroso. Neste período, o destino da pulsão é o próprio corpo da criança, sem que uma parte deste corpo seja escolhida. Assim sendo, a criança não precisa do outro, pois ela é seu próprio objeto sexual.

Esta criança, desorganizada de impulsos e sensações, entra numa fase denominada por Lacan (1998) de estágio do espelho. Nesta fase, considerada uma fase de identificação, a criança já é capaz de se reconhecer em seu reflexo no espelho. Esta imagem especular representa ao bebê certa “aparência superficial unificada semelhante àquela imagem dos pais muito mais capazes, coordenados e poderosos” como descreve Fink (1998, p. 57). Esta imagem passa a ser investida pela criança, principalmente devido à atitude dos pais de indicá-la à criança, mostrando que o bebê do espelho é o mesmo bebê do real. Lacan (1998) ressalta que este estágio é a determinação de um primeiro limite entre o ser e o mundo, antes mesmo que haja a inserção desta criança no meio social.

Ao traçar uma primeira diferenciação entre mundo e bebê, este estágio traça também uma relação inicial entre si e sua imagem no espelho, ou como considerou Lacan (1998), uma discordância do eu com sua própria realidade, trazendo o conflito entre um corpo ainda despedaçado *versus* uma totalidade na imagem no espelho. É a partir daí que este bebê vislumbra um caminho para a diferenciação. Isto ocorre quando seus pais apontam para ele e depois para a imagem do espelho, e posteriormente, quando no discurso destes pais escuta-se: “Este menino é

muito aplicado” ou “Ele é um bom menino”. Haverá, portanto, um investimento de sua própria imagem, acarretando em uma diferenciação entre esta imagem e o mundo.

Quando o estágio do espelho se conclui, começa a passagem deste eu especular para um eu social. Com aproximadamente 4 ou 5 anos a criança passa para uma etapa denominada por Freud (1998) de narcisismo onde há maior estruturação e o eu já se reconhece como um todo e como diferente do outro. A partir daí, visto que se estabelecem limites entre eu e a realidade, seguem-se as escolhas de objeto amoroso que passa de si para um outro sujeito. A primeira escolha objetual será homossexual, ao se amar o parecido e semelhante, alguém do mesmo sexo. Num segundo momento, a escolha objetual passa a ser um objeto heterossexual, amando-se o diferente, aquilo que me falta. Nesta etapa, a escolha homossexual não será abandonada, mas desviada para sustentar relações de amizades, por exemplo.

O narcisismo começa quando a relação simbiótica mãe-bebê é rompida. No entanto, esta relação não é de fato rompida através da passagem pela fase do espelho. Esta relação é extremamente potente e para romper-se será necessário a atuação de um terceiro. Dor (1991) explicou que a relação fusional mãe-bebê se dá pelo fato do filho se constituir como “único objeto que pode satisfazer o desejo da mãe” (p. 46). Deste modo, o filho, identifica-se com o falo, que irá simbolizar o objeto desejante da mãe e que nela falta, havendo assim uma relação de completude entre mãe e bebê.

No entanto, esta relação não irá se sustentar devido a presença de um terceiro. Este terceiro, que será o responsável pela quebra da unidade mãe-bebê, é o que está definido pela função paterna na teoria lacaniana, a qual Dor (1991) explica, não necessariamente deve ser desempenhada pelo pai real.

Segundo Dor (1991), a função paterna está relacionada a três instâncias: o pai real, o pai simbólico e o pai imaginário. O pai real é o próprio pai em pessoa. Este pai pode ser tanto um pai adotivo quanto biológico, desde que tenha presença física. O pai simbólico está relacionado não à pessoa propriamente dita, mas a sua função na estrutura simbólica da criança, ou seja, trata-se do significante interditor que irá atuar na relação simbiótica mãe-bebê. Este pai simbólico será o significante fálico simbolizador do objeto de desejo da mãe, que não o bebê. E deste modo, será uma intrusão externa, um interceptor desta relação de plenitude. Assim, o pai real será apenas um vetor do pai simbólico, já que o pai simbólico pode ser representado por qualquer outra pessoa,

instituição ou até atividade, que seja objeto de desejo da mãe, e que carregue consigo o significante fálico.

A presença deste pai simbólico será de muita angústia para a criança que irá passar pela frustração e solidão ao perceber que a mãe deseja outra pessoa, ou seja, que ela não é o único desejo desta mãe. O desejo desta mãe vai além da criança. Julien (2002) nos esclarece como o bebê começa a perceber esta falta:

Essa imagem materna, tão prenante, que subjuga e fascina o olhar da criança por inteiro fora de si mesma, essa imagem, por que desejo é animada? Ela vem, ela vai: o que é que explica essa alternância de presença e ausência? Não sou tudo para ela, já que ela volta? Não sou nada para ela, já que ela se ausenta? (p. 64)

Sucedese então, que a criança passa a questionar seu lugar frente ao desejo da mãe, percebendo o pai real como alguém que tem direito ao desejo da mãe, e assim sendo, alguém que possui o falo. Julien (2002) explica que o bebê passa a compreender, através das faltas da mãe, que esta última não é apenas mãe, mas também mulher. E como cita Dor (1991):

A criança entra, a partir daí, num momento de incerteza psíquica quanto à questão de seu desejo relativamente à certeza que antes tinha dele diante do desejo da mãe. Só esta incerteza permite compreender como a criança começa a se confrontar com o registro da castração pela instância paterna. (p. 47)

Dor (1991) destaca ainda, que a partir de então, o pai será visto como rival, já que aparece como alteridade à esta relação de fusão intensa entre mãe e filho. Por conta disso, o filho passa a atribuir ao pai real, o falo, havendo o que o autor (*idem*) chamou de “deslocamento significativo do objeto fálico” (p. 49).

A partir daí, o filho terá atribuído ao pai real diversas qualidades imaginárias tais como pai frustrador, interditor e privador. É através deste filtro de fantasias que a criança irá perceber seu pai a partir de então. Trata-se do pai imaginário.

Dor (1991) alerta, portanto, que com todas estas instâncias estabelecidas, e principalmente, com o advento do pai simbólico investido como aquele que tem o falo, abre-se espaço para a inauguração do complexo de Édipo. Freud (1997) definiu complexo de Édipo como o conflito da criança ao se deparar com o obstáculo paterno frente ao desejo sexual desta criança pela mãe. Este conflito gera uma relação de amor e ódio com os genitores. Com a mãe, a criança estabelece uma relação de muito afeto e amor devido ao seu apaixonamento. Já com o pai a criança estabelece uma relação ambivalente. Relação de amor por certo desejo de identificação, mas de hostilidade por querer ocupar seu lugar frente à mãe.

Lacan (1999) definiu três tempos no complexo de Édipo. No primeiro tempo, há uma relação intensa entre a mãe e a criança onde esta última se identifica como objeto de desejo da mãe. Este objeto, por sua vez é o falo. E nesta etapa, a criança deseja ser este objeto. No segundo tempo do Édipo, há um momento em que o pai surge como proibidor. Ele se faz interceptor através do discurso da mãe, que antes era puramente bruto. Nesta etapa o pai transmite a mensagem do não. Ou seja, ele traz uma proibição que diz respeito àquela relação fechada e plena entre mãe e bebê, a proibindo e trazendo um recado: *você, criança, não é o único objeto de desejo desta mãe*. Lacan (1999) descreve muito bem este momento dizendo: “...a criança é desalojada, para seu grande benefício, da posição ideal com que ela e a mãe poderiam satisfazer-se” (p. 210). Por fim, há a terceira etapa que está relacionada à identificação, onde a criança tem certo grau de independência desta mãe, voltando-se para o pai em busca de uma identificação. Claro, esta última etapa não é simples, mas repleta de sentimentos ambivalentes, como citado no parágrafo anterior.

A resolução deste conflito, segundo Freud (1997), se sucede basicamente da seguinte forma: o filho irá abandonar o desejo sexual pela mãe, podendo resultar disso uma identificação com a mãe ou uma intensificação da identificação com o pai. No caso de uma menina, também ocorrerá o abandono pelo apaixonamento materno, no entanto, esta passará para um apaixonamento pelo pai. Mais tarde, então, ele será substituído pela identificação com a mãe e pela configuração de uma relação afetuosa com o pai. Obviamente pode haver variações na saída do Édipo, mas as variações com que nos preocuparemos aqui será em algo mais anterior, que é na intervenção do pai na relação mãe-bebê. Como esta intervenção pode influir na constituição da diferença é o que veremos com atenção no próximo capítulo.

Até agora, pudemos concluir que a função paterna parece ter extrema importância no processo de constituição da diferença na vida de uma pessoa, pois a ação do terceiro irá realizar naquela relação de total completude, um corte, uma proibição, a dita castração. E assim, inaugurará a distinção mãe-bebê. Fink (1998), percorrendo a teoria lacaniana, explica que a consequência deste corte é o “advento do sujeito como tal” (p. 81). Isto se dá porque com o corte, passa a ser instaurado o simbólico e a partir daí passa a existir um sujeito desejante. Antes havia apenas uma relação simbiótica, onde há o que Lacan (1999) denominou de assujeito, em que a criança apenas se experimenta e se sente por meio de uma dependência materna. É uma criança devorada pelo desejo materno. Lacan (1970), *apud* Fink (1998), atenta para o perigo do desejo desta mãe avassaladora, mas ele nos tranqüiliza ao dizer que há uma saída para isso, que é justamente a chegada de um terceiro.

A função paterna é, portanto, a salvação. Salvação para que se instale na criança o mundo do simbólico, permitindo-lhe a busca do prazer por vias outras, trazendo certa independência da mãe. A relação simbiótica é primeiramente necessária, mas posteriormente, perigosa. O perigo provém de uma não constituição do sujeito, e da não constituição da diferença. A diferença, nesta primeira fase da vida parece ser crucial, afinal, sem ela, não há sujeito. E a presença dos pais, ou melhor, de suas funções, parece ser absolutamente vital. O papel destes pais é de fato importante.

Isto pode ser percebido também no que diz respeito ao desejo destes pais ou dos familiares antes mesmo do bebê nascer. Primeiramente, como defende Fink (1998), a mãe teve algum motivo complexo para ficar grávida, implicando que algum desejo causou este fato. Assim, de antemão, esta criança, já é produto do desejo do outro. Além disso, também antes de nascer, já tem um espaço no discurso dos pais. Tal discurso desejante vai ter para a criança, consequências para o resto de sua vida, basta ver o exemplo simples do peso do nome próprio. Se antes mesmo de ter presença física, o bebê já é fruto do desejo dos pais, o é também do desejo do Outro, afinal, já está inserido no mundo simbólico destes pais.

Segundo Lacan (1964), *apud* Fink (1998), o desejo inconsciente é o desejo do Outro. Ele explica que não é possível que uma criança desenvolva sua estrutura mental inconsciente a partir de si mesma. Lacan (*idem*) quer dizer com isso que a criança interiorizará o desejo dos pais e assim terá seu desejo alienado, já que seu desejo será o desejo do Outro. Na medida que a criança cresce, o desejo interiorizado já não é o dos pais, mas de outros sujeitos e, já que imerso na

cultura e no mundo social, terá também interiorizado, principalmente, o desejo de seu universo de significantes.

A teoria lacaniana nos leva a crer que o sujeito é inevitavelmente constituído pelo outro, seja pelo outro sujeito, seja pelo outro simbólico. Parece que a relação com o outro será sempre essencial à sobrevivência, especialmente a relação com a mãe. Veremos a seguir o que as variações desta relação, nos primeiros anos de vida, podem acarretar à vida de uma pessoa. E o que isso tem a ver com a questão da diferença.

CAPÍTULO 2

Vimos no capítulo anterior com Dor (1991) que a função paterna tem papel fundamental na estruturação psíquica do sujeito. Do contrário, vimos que o pai real desempenha papel secundário, pois é apenas um vetor pelo qual o pai simbólico é instalado. Deste modo, sabe-se que a ausência de um pai real não implica na ausência do pai simbólico, afinal, para que este último seja instaurado, basta que esteja presente no discurso materno. Basta com isso que a criança compreenda que o desejo da mãe se encontra também fora desta relação entre mãe e bebê, implicando-se assim a suposição por parte da criança de que ela mesma não é possuidora do falo, e que um outro o tem.

Com Fink (1998), também no capítulo anterior, entendemos que a função paterna, quando provoca na relação mãe-bebê seu efeito interditor, possibilita o advento do sujeito como tal, ao indicar a inauguração de um desejo. Antes deste corte não é possível o nascimento de um sujeito propriamente dito. A função paterna, então, tem papel crucial na vida de uma pessoa, nos levando a questionar o que aconteceria se esta fosse mal sucedida. Mas afinal, e se a função paterna não obtiver sucesso? Seria possível a constituição de um não-sujeito? Haverá não-sujeitos transitando pelas ruas? A pergunta parece descabida, mas não o é. A interdição da relação simbiótica mãe-bebê por parte da metáfora paterna pode ter diversas variantes. Isto significa que ela pode ocorrer com sucesso, sem sucesso, ou ainda, em uma instância entre estas duas, de tal forma que a interdição ocorre, mas a criança a desconsidera.

Quinet (2002) afirma que a passagem por esta interdição é determinante para a estruturação clínica de uma pessoa, saindo daí seu diagnóstico:

(...) o diagnóstico só pode ser buscado no registro do simbólico, onde são articuladas as questões fundamentais do sujeito quando da travessia do complexo de Édipo: a inscrição do Nome-do-Pai no Outro da linguagem tem por efeito a produção da significação fálica, permitindo ao sujeito inscrever-se na partilha dos sexos. (p. 19)

Ele explica ainda que “é a partir do simbólico que se pode fazer o diagnóstico diferencial estrutural por meio dos três modos de negação do Édipo – correspondentes às três estruturas

clínicas” (p.19). Quinet (2002) salienta, portanto, que cada tipo de interdição acarretará em uma forma específica de funcionamento. Conseqüentemente, podemos inferir disso, que cada tipo de interdição acarretará em uma forma específica de diferenciação entre mãe e bebê, e posteriormente, entre sujeito e outro. Já que cada tipo de interdição está relacionada à uma estrutura clínica diferente, é válido a partir de então, analisar cada estrutura separadamente.

1. A estrutura neurótica

Sobre o processo que resulta na neurose, já o descrevemos com detalhes no capítulo primeiro. Vimos como é esperado que se discorra a relação mãe-bebê. Dor (1991) nos mostrou que esta relação fusional é atravessada pela função paterna, que por sua vez, instaura a ordem simbólica na vida de uma pessoa. Daí, sucede-se a instauração da Lei que gera um sujeito. Foi o que Fink (1998) nos tentou mostrar, que com a instauração do mundo simbólico há o advento do sujeito como tal. Trata-se de um sujeito definitivamente castrado, e que traz uma questão sexual o qual faz-lhe marca na passagem pelo complexo de Édipo. Estes processos já foram detalhadamente discutidos no capítulo anterior. Sobre isto, o que ainda vale destacar é que o desenvolvimento descrito é ‘o esperado’, ou seja, é considerado como o desenvolvimento normal de uma pessoa. Daí a afirmação de que a neurose é a estrutura ‘normal’, e que a psicose ou a perversão são desvios deste desenvolvimento esperado, e assim sendo, são ‘anormais’. Embora o essencial já tenha sido falado sobre a neurose, há ainda algo que nos interessa. Devemos fazer aqui uma breve diferenciação entre os dois tipos de neurose existentes. São elas: a neurose obsessiva e a histeria.

Dor (1991) explica que o sujeito obsessivo é aquele com a fantasia de que foi demasiadamente amado pela mãe. Esta fantasia seria conseqüência de sua condição, a qual ele mesmo não sabe, mas apenas pressente, de ter sido objeto privilegiado do desejo materno. A mãe desta criança permitiu a entrada de um terceiro, fazendo com que esta percebesse que não possui o falo, pois o pai o tem. No entanto, esta criança teve certo investimento fálico imaginário e a partir disso sente-se o filho preferido pela mãe. Daí instala-se no imaginário desta criança a idéia de suplência à satisfação do desejo da mãe. Dor (1991) muito ressalva para o fato de não se tratar de uma suplência ao objeto do desejo da mãe, pois se assim fosse estaríamos falando de uma psicose ou perversão. Portanto, ele explica:

(...) a criança só é convocada imaginariamente a suprir a satisfação do desejo materno na medida em que esta satisfação lhe é significada como falha pela mãe, à qual, à sua revelia, consolida assim sua adesão equívoca à função paterna. Se a criança percebe corretamente a dependência desejante da mãe em relação ao pai, nem por isso deixa de reter a mensagem de uma insatisfação materna a propósito daquilo que ela é suposta esperar dele. (p. 63/64)

Está claro, então, que esta criança sente-se ‘a mais amada’ porque assim esteve no imaginário materno, mas isto não impediu que o pai real desempenhasse sua função. Desta fantasia resulta, portanto, que o sujeito obsessivo vai manter em seu imaginário a identificação com o falo. Esta criança, ao invés de sentir-se castrada e confrontada com tal angústia, estará constantemente investindo a fantasia de que supre o desejo materno. Este é o movimento que ele irá repetir para o resto de sua vida, ao acreditar que sempre será a suplência do outro.

Mas quem é a mãe do obsessivo? Dorey (2003) defende que o que aconteceu com o obsessivo foi uma sedução precoce, e segundo ele, é justamente o desejo de sedução da mãe por seu filho o pivô da neurose obsessiva. Afinal, como vimos, é daí que estrutura-se a fantasia obsessiva. Dorey (2003) acrescenta ainda, que este desejo de sedução sofreu um recalque, e que tal situação pode ser percebida através das condutas maternas. A mãe do obsessivo é traída por seu próprio desejo, já que o reprime e acaba tendo atitudes com o filho marcadas pelo pudor, retenção, distanciamento físico e pela frieza. Assim, Dorey (2003) conclui: “Reprimindo nela quase todo o seu desejo erótico, a mãe recusa, de algum modo, levar em conta em seu filho, um desejo equivalente e que diz respeito a ela pessoalmente” (p. 120). É deste modo que para esta criança haverá algo sempre barrado desde o início, o que marcará para sempre sua vida sexual posterior.

Por conseqüência deste algo barrado, o sujeito terá grandes impedimentos internos em sua vida, é o caso da presença constante da culpa como esclarece Dor (1991). Por considerar-se um sujeito privilegiado, o obsessivo terá sempre presente em sua vida uma sensação forte de culpa com relação a esta fantasia incestuosa com sua mãe. Deste modo, terá tendência a se colocar frente ao outro como se tudo fosse para este último, podendo tudo controlar. O que, conseqüentemente, irá gerar rivalidade e competição frente a outros sujeitos que o remetam a

imagem paterna de um outro também fálico. O obsessivo, portanto, viverá sua vida com esta fantasia de que não é castrado, embora o seja. Além disso, estará a todo custo buscando repetir com outras mulheres esta relação de completude e de suplência de desejo, a qual viveu com sua mãe.

Disto podemos concluir que o obsessivo tem claramente a noção de diferenciação entre si mesmo e o outro, no entanto sua relação com o outro será invariavelmente perpassada por uma fantasia de que este sujeito é possuidor do falo, assim como o fez na relação materna.

A estrutura histérica, como nos mostra Dor (1991), também diz respeito ao falo, porém com a fantasia contrária. Trata-se de sentir-se ‘a mal amada’, a castrada. Embora seja tão castrada quanto o obsessivo, o sujeito histérico sente-se demasiadamente pouco amado pela mãe. Com estas condições, o histérico irá questionar constantemente a atribuição fálica, considerando-se injustiçado por não tê-lo, e assim, investindo seu desejo na figura paterna, que é aquele considerado ‘depositário legal do falo’ (p.68), como descreveu Joël Dor (1991). Isto certamente trará conseqüências a este sujeito que dizem respeito à sua relação com o outro. A histérica irá se identificar com outra mulher que saiba lidar com a dor da castração. A mulher que sabe lidar com isto é aquela que aceita sua condição de falta, mas que sabe desejar o falo num outro. Esta mulher aparece aos olhos daquela como alguém que soube resolver o enigma da feminilidade, ou seja, a problemática da castração. Além disso, a histérica irá investir psiquicamente em um outro alguém que lembre sua fálica imagem paterna, ela quer alguém que lhe mostre, como um mestre, o que ela deve desejar, já que por não possuir o falo, encontra-se numa falta, na insatisfação constante de uma pergunta sem resposta: ‘Como desejar, quando se foi privado daquilo a que se supõe ter direito?’ (p.70), como questiona Dor (1991). Sobre a histeria jamais podemos nos esquecer de que trata-se, como no obsessivo, de todo um movimento imaginário, o qual a fantasia de mal amada perpassará toda e qualquer relação da histérica com outra pessoa. E também, assim como o obsessivo, podemos notar o movimento histérico de buscar uma completude na fantasia, embora tenha ciência concreta da limitação eu-outro.

Como conclui Dor (1991), a criança que tornada um adulto neurótico, seja obsessivo ou histérico, é aquela que permaneceu vítima do imaginário edipiano o qual o contexto dos pais possibilitou. Trata-se de uma fantasia gerada na tríade mãe-bebê-falo, o qual irá permanecer por toda a vida do indivíduo, e o qual será pré-requisito na sua relação com o outro. Na neurose, a

relação com o outro será sempre perpassada por uma fantasia que nascera da relação mãe-bebê e pai, ou seja, da saída do complexo de Édipo.

1.1 Um breve estudo de caso

Dor (1991) nos relata um caso clínico sobre um jovem homem histérico. Este jovem foi procurar análise devido a um problema de ejaculação precoce. Em certo momento da análise, este paciente lembrou-se de dois episódios em sua infância. Contou ele, que quando tinha aproximadamente cinco anos de idade, seu pai costumava convidá-lo para tomarem banho juntos, com o propósito de ensinar ao seu filho algumas lições sobre a vida. Outro episódio de sua infância, datando da mesma época e que também era muito constante, era o fato do pai contar uma estória, na qual uma fada perguntava a um menino qual era seu desejo, para que ela o pudesse realizar. Ao final da história o pai sempre perguntava ao filho qual seria seu desejo se ele fosse o menino em questão, sempre demonstrando que a moral da história era que ‘quando se deseja muita coisa ao mesmo tempo, fica-se sem nada’.

Esta criança, ao tomar banho com seu pai, se encontraria completamente impressionado com a visão do pênis paterno, o qual pareceria de tamanho muito superior ao seu próprio. Cada banho era de muita angústia para o filho, visto que este se calaria em questionamentos ruminantes a respeito do futuro de seu próprio pênis. Segundo Dor (1991), esta criança que tanto deseja um pênis como o do pai, encontra-se num desejo impossibilitado, já que não pode tê-lo em função da Lei instaurada, justamente, pela entrada deste terceiro, que é o pai. Ter o pênis paterno equivale a supressão do próprio pai para assumir seu lugar ao lado da mãe. Mas culpado por seu desejo, o filho encontra-se na angústia da castração, ao perceber que não pode ter aquilo que deseja, ou seja, o falo.

Certamente, propõe Dor (1991), quando o pai lhe contava a história da fada e perguntava a ele o que desejaria, este respondia algo como um saco de balas, embora em seu íntimo desejasse ter o pênis paterno. Todas estas condições que aconteceram justamente na idade de cinco anos, ou seja, na passagem desta criança pelo Édipo, possibilitaram a este menino uma grande produção imaginária de que por ter desejado demais o pênis paterno, jamais o obteria. Disto sucedeu que depois de adulto, este homem se comportaria frente às mulheres como alguém que não o tinha. Afinal, ele se prendeu à fantasia do pai de que para possuir uma mulher era preciso ter o falo. A

questão que ocorreu com este sujeito é que o pai, na medida em que exibiu seu grande pênis, equiparou-o ao falo, levando o filho a acreditar que o pai tinha o falo concretamente, na realidade. Este filho quando adulto, passa então a ser guiado pela fantasia de ‘não ter o pênis’ ou de ‘tê-lo apenas parcialmente’, o que gerou sua ejaculação precoce.

Este caso reflete a teoria, ao indicar que o adulto neurótico é aquele que, quando era criança, foi vítima do imaginário edipiano provocado pelos pais. Isso nos mostra, que por ter tido uma intervenção paterna reconhecida, o neurótico terá clara noção de diferenciação eu-outro, embora a mesma seja vivida através de uma lente de fantasias. Tal circunstância imaginária, sempre estará relacionada aos pais, no sentido que foi graças a eles que o neurótico convive com a noção concreta de diferença.

2. A estrutura perversa

Como explica Quinet (2002), o advento de um sujeito perverso vem de uma relação mãe-bebê onde há a admissão da castração no simbólico, ou seja, há a intrusão da função paterna, no entanto, há também uma recusa de tal processo, um desmentido. Segundo Dor (1991), quando ocorre a entrada de um terceiro na relação simbiótica mãe-bebê, esta mãe deve saber se colocar num lugar de ausência, de mãe que falta, e que então não seria satisfeita pela criança. Disto resulta que a mãe deve deixar claro em seu discurso que esta criança não possui o falo.

No entanto, aquela mãe que deixa difuso este lugar frente à criança, ou seja, que a deixa perder-se em seus questionamentos em relação ao desejo materno, pode acarretar uma perversão. Joël Dor (1991) deixa claro este ponto no seguinte parágrafo:

(...) o discurso da mãe que deixa em suspenso o questionamento da criança quanto ao objeto do desejo materno vai incitá-la a conduzir sua interrogação para além do lugar onde sua identificação fálica conhece um ponto de parada, isto é, a instância paterna da qual a mãe se assinala então como dependente. (p. 61)

Está traçado a partir disso, um determinante equívoco, onde a criança tem contato com uma mãe faltosa, embora esta seja uma falta não simbolizável, como afirma Dor (1991). Deste

fato se sucederá que o pai simbólico não será reconhecido, e com isso, a intrusão da função paterna na relação fusional mãe-bebê vai ocorrer, mas, no entanto, a criança irá negá-la. Trata-se do desmentido, que segundo Julien (2002), diz respeito exatamente ao fato de reconhecer a falta do falo na mãe, no entanto, negar tal reconhecimento. Esta negação se dará pelo ato da criança de ‘colocar’ um falo na mãe através do fetiche. É atitude natural da criança, ao perceber que falta o falo na mãe, se colocar como falo desta mãe, para ser objeto de seu desejo. *Se minha mãe não tem o falo, logo o sou para ela*. No entanto, como lembra Lacan (1995), esta posição não é clara, nunca sabe-se ao certo por que via esta criança dará à mãe este objeto faltante.

Julien (2002) define bem onde nasce o nó da perversão: “ser o objeto fálico imaginário para preencher o desejo da mãe é a angústia mesma de ser engolido por ela. (...) a perversão nasce daí como consequência desta angústia” (p. 108). A perversão nasce, portanto, de não saber se haver com tal angústia, já que a criança irá negar a falta do falo na mãe, atribuindo o falo a ela. Ela coloca o fetiche como substituto do falo faltante na mãe e não tem que lidar com esta angústia. “O fetiche é, portanto, uma defesa contra a angústia do desejo da mãe” (p.109).

Frente a esta angústia, a criança irá criar o que Lacan (1995) chamou de “véu”. O véu é um atributo encobridor, que funciona como uma cortina, tampa o buraco da janela, ou seja, tampa a falta do falo. Para esta criança, como é insuportável lidar com a castração da mãe, segue-se a criação de um substituto para esta falta, algo é posto no lugar desta falta. O véu surge para esconder tal ausência, para esconder este nada. Assim fazendo, abre-se lugar para esta criança projetar o que quiser nesta ‘cortina branca’.

Lacan (1995) lembra com isso que trata-se de uma mãe ao mesmo tempo possuidora e não possuidora do falo. Esta mãe não tem o falo, mas frente à criança, frente ao véu, ela tem o falo. A criança, portanto, vai oscilar entre dois tipos de relação com esta mãe. Haverá uma identificação com esta mãe, no sentido de uma mãe castrada, e do contrário, haverá uma identificação com o falo, sendo daí o objeto de desejo desta mãe. Disto, Lacan (1995) conclui, a criança estará entregue à dois pólos de relação entre dois objetos irreconciliáveis. E como foi dito anteriormente, esta confusão de lugares desta criança se deve ao discurso radicalmente ambivalente da mãe que não deixa claro o lugar desta criança em seu desejo. Como esclarece Lacan (1995):

(...) em todo o período pré-edipiano em que as perversões se originam, trata-se de um jogo que prossegue, um jogo de passa-anel, até mesmo nosso jogo de par ou ímpar, onde o falo é fundamental como significante, fundamental neste imaginário da mãe ... Trata-se de ver onde ele está e onde não está. Ele nunca está realmente ali onde está, e nunca está completamente ausente ali onde não está. (p. 197)

Esta passagem é muito elucidativa, pois diz do nascimento das perversões que dependem desta relação entre mãe e bebê. Mas há algo específico nesta relação que faz gerar uma perversão. É um jogo difuso, onde a criança não sabe bem as regras, só compreende que o falo é a peça crucial do jogo. Como a mãe não dita bem as regras, não deixando claro ao bebê qual posição é a dele, o bebê oscila em posições contraditórias. Ora ele é objeto de desejo desta mãe, ou seja, o falo, ora não é, vivendo no limiar entre dois tipos de existência. Lembrando que é com esta mãe que ele aprende a relacionar-se com os outros.

Assim, como defende Julien (2002), o perverso é aquele que se dedica a tapar esta falta no Outro, ele se dedica ao gozo do Outro para que o Outro exista completo, sem a falta. Ele se faz objeto para um mais-de-gozar do Outro. Ele se dedica a completar o Outro, para sua plenitude. Deste modo, este sujeito será por vezes suplemento, e por vezes complemento do Outro, oscilando entre as duas posições que sua mãe lhe ensinou.

O perverso, segundo Julien (2002), será suplemento do Outro ao se engajar em descobrir o que falta como falo no Outro para que possa ser seu objeto e suplementa-lo. É o caso do Voyeurismo e do sadismo. Ou então, será complemento do Outro na medida em que seja complemento do gozo do Outro e, portanto, possa mais-de-gozar do Outro. É o caso do masoquismo e do exibicionismo. O perverso irá repetir com os outros a relação que teve com a mãe, mas isso acontecerá de forma concreta, ou seja, na prática, e não na fantasia como ocorre na neurose.

2.1 Um breve estudo de caso

Shine (2000) nos conta um caso clínico que envolve características típicas da perversão. N. é um típico impostor, que vinha realizando vários tipos de transgressões desde muito

tempo. Já na escola apareceram os primeiros indícios de sua estrutura. Era sempre indisciplinado, desrespeitava as regras da escola tanto quanto a autoridade dos professores, apresentando, também, constantes idéias de fuga. Costumava pedir emprestado livros dos colegas para vendê-los, e também pedir dinheiro emprestado aos professores, o qual não pagava. Foi nestas condições que N. não terminou sua formação escolar regular.

Mais tarde começou a realizar roubos, ter amigos delinquentes e foi parar em um reformatório. Aos dezenove anos conseguiu um emprego, e fazendo se passar por um cavalheiro de alta classe, o qual não era, enganou pessoas e conseguiu fazer parte de círculos sociais exclusivos. O modo como ele conseguia tais recursos era sempre de maneiras enganadoras, contraindo muitas dívidas e realizando muitos golpes com muitas mentiras. Esta situação foi se tornando tamanha 'bola de neve', onde ele teve que fugir deste meio para não ser desmascarado.

Shine (2000) nos conta também que aos 22 anos quando N. iniciou sua vida militar, logo foi detido devido ao seu longo histórico de transgressões, que a esta altura já estavam assumindo um caráter cíclico, para não dizer vicioso. Sempre em curtos espaços de tempo, N. penetrava em círculos de pessoas, conquistava-as com simpatia e atitudes sedutoras, até conseguir se beneficiar a ponto de abusar da confiança dos outros, desrespeitando-os. E assim, transgredindo todas as regras, sempre chegava ao ponto de ser, ou quase ser, desmascarado, quando então fugia e repetia tudo de novo em outras situações.

O poder sedutor de N. era muito poderoso, ele tinha muita habilidade em conquistar a confiança das pessoas, fossem elas como fossem, homens, mulheres, jovens ou adultos. Tanto fazia, conseguia seduzir a quem lhe fosse de interesse. Deste modo, era capaz de qualquer mentira para realizar esta sedução, e através disso, conseguia que pessoas lhe emprestassem dinheiro e lhe concedessem todo tipo de favores. Mas, todo este movimento, por ser sempre atravessado pela mentira e falsidade, sempre terminava com a fuga de N.

Seu poder sedutor era tamanho que, como Shine (2000) explica, mesmo no tempo em que N. estava preso, ele era capaz de ganhar a confiança dos carcereiros, que deixavam a cela aberta. Certa vez o psiquiatra responsável por N. chegou a sua cela e, surpreendentemente, deparou-se com um guarda da prisão servindo de modelo para N. fazer um retrato, enquanto outros guardas observavam o trabalho de portas abertas. Para maior surpresa de todos, não

fazia nem cerca de dez minutos que N. havia chegado à prisão, e já conseguira seduzir os guardas a tal ponto.

Relacionando este caso, o qual transcrevemos apenas alguns pontos, à teoria de Julien (2002), alguma coisa parece clara. N., através da sedução, era capaz de ser suplemento do Outro a todo custo para que posteriormente fosse beneficiado e tirasse proveito de tal situação, sendo a partir daí, seu complemento, para finalmente mais-de-gozar do Outro. Explicando melhor, parece claro que N. se dedicava a ser suplemento do Outro através de suas conversas sedutoras, mas em seguida, quando já havia conquistado a confiança das pessoas aproveitava-se delas, como se tal fossem seu objeto de uso, e então podendo mais-de-gozar do Outro. Podendo, por exemplo, obter dinheiro ou grandes privilégios das pessoas.

Este caso indica que na perversão a diferenciação eu-outro parece comprometida. Percebemos que o perverso faz certo uso do outro como se tal fosse seu objeto. Embora tenha conhecimento da lei, sabendo que isto é errado, ele prossegue em seus atos. Ele ‘brinca’, ou como disse Lacan (1995), o perverso ‘joga’ com os outros, ora sendo seu objeto, ora usando-os como tal. Esta relação oscilante entre verdade e mentira parece retratar que ainda que o perverso conheça a diferenciação eu-outro, atua como se não conhecesse, como se o outro fosse para ele um reles brinquedo.

3. A estrutura psicótica

Como nos relembra Quinet (2003), a inclusão da metáfora paterna marca, na vida de uma pessoa, a instauração da ordem simbólica, permitindo, a partir de então, que este sujeito comece uma cadeia de significantes no inconsciente. Este fato faz com que o sujeito entre em dois tipos de questões básicas que são: a questão da existência e a questão do sexo. No entanto, é justamente no que se refere aos significantes que a psicose inscreve sua problemática.

Segundo Quinet (2003), há na psicose o fracasso da metáfora paterna. Ou seja, na relação simbiótica mãe-bebê, não foi possível a inclusão do significante Nome-do-Pai. Isto se deu provavelmente porque este bebê foi para esta mãe seu objeto de desejo pleno, seu falo. E deste modo, ela não possibilitou que seu desejo circulasse entre aquela criança e um outro homem, logo, não acontecendo a entrada de um terceiro.

Vimos no capítulo anterior, que, na relação simbiótica, a mãe é extensão do bebê na percepção deste, e esta sensação só é quebrada em vista de uma postura materna em ser uma mãe faltosa. Ora, se a mãe plenamente satisfaz seu desejo com o bebê, ela não precisa ser uma mãe faltosa, e então, ela sempre será a extensão deste bebê, não o ensinando a distinguir-se dela. Este fato deixará nesta criança uma marca para o resto da vida: a forclusão do Nome-do-Pai.

Dizer que houve a forclusão do Nome-do-Pai é dizer que não houve a inclusão do significante da lei, colocando em risco a configuração do mundo simbólico desta pessoa. E como cita Quinet (2003): “Por não ter acesso ao falo, significante que lhe traz efeito de significação sob seu sexo, o sujeito se encontra numa problemática fora-do-sexo, pois não tendo esta referência, ele não se situa na partilha dos sexos.”(p. 16) Isto significa que para o psicótico, não há a passagem pelo complexo de Édipo, já que não há a entrada de um terceiro.

Quinet (2003) nos explica, ainda, que o psicótico irá ao longo da vida repetir com outras pessoas esta relação materna, já que é a partir desta relação que aprendemos a nos relacionar com os outros. Deste modo, o psicótico sempre tomará o lugar de objeto do gozo do Outro, ou de objeto de uso do outro, assim como ele era, e certamente ainda é, com sua mãe.

Já que o psicótico não foi ‘atravessado’ pelo simbólico, ele tem como sintomas típicos dois distúrbios muito particulares: a alucinação e os distúrbios da linguagem. Como diz Quinet (2003), a alucinação nasce da forclusão do Nome-do-Pai. Enquanto aquele sujeito que teve inclusão de um terceiro possui seu Outro no inconsciente, e assim habita a linguagem, no caso do psicótico, ocorre algo bem diferente. Segundo Quinet (2003), o Outro no psicótico, por não ter sido barrado, surge como algo de certa maneira consciente. Aquilo que foi foracluído retorna no real. Daí, ocorre que o Outro é sentido como exterior à pessoa, algo vindo de fora, trata-se da alucinação. Quinet (2003) esclarece tal noção lembrando-nos o caso Schreber em que o Nome-do-Pai foracluído retorna no real com a construção delirante de uma procriação. O foracluído que retorna no real pode gerar na pessoa desde sentimentos aterrorizantes à pura exaltação.

O psicótico, assim, não habita a linguagem. Não obstante, é invadido, possuído por ela. Os distúrbios de linguagem do psicótico, como diz Quinet (2003), se dão porque ele não tem acesso ao mundo simbólico, conseqüentemente, a instância de sua linguagem é muito concreta, sem participar, ou talvez compreender, o uso de metáforas. É um uso da linguagem ‘ao pé da letra’.

Percebemos com tudo isso que o psicótico, além de ser um não-sujeito por não ter um desejo e ser apenas objeto do Outro, também não é capaz de traçar uma linha diferencial entre ele e o mundo, já que ele não teve acesso algum à função paterna. Os outros são extensões dele mesmo, havendo uma indiferenciação entre seu eu e o eu do outro.

Mas, algo ainda não foi totalmente esclarecido, o que faz com que a função paterna não obtenha sucesso algum? E ainda, se é a mãe que impede a entrada de um terceiro, que tipo de mãe permitiria tal destino ao seu filho? A pergunta é: como uma mãe pode impedir que a função paterna se instale? Dor (1991) explica que uma mãe psicotizante é aquela que mesmo antes do bebê nascer já superinveste em seu filho. Este investimento, que é extremamente intenso, faz esta mãe sentir a criança como sendo parte dependente de seu próprio corpo. A gravidez, portanto, é vivida como um pedaço de seu corpo em crescimento. Quando o bebê nasce, esta mãe é incapaz de realizar o luto decorrente desta perda no corpo, pois para ela esta perda é inaceitável. Decorre deste processo que a mãe estabelece com a criança uma relação estritamente fusional, como descreve Dor (1991), implicando com isso a falta de espaço para qualquer intercessão possível. Neste contexto, já está traçado o destino de dor desta criança. Ela está fadada à uma relação de objeto com esta mãe, que lhe sustenta como objeto único de seu desejo.

Outro ponto que Dor (1991) destaca é o fato do nascimento do filho gerar na mãe uma decorrente decepção quando ela se depara com uma parte sua (o filho) separada dela mesma. Esta decepção gera sensação de vazio intenso, vazio este, que será preenchido pela própria criança. Esta criança, portanto, será para sempre o falo de sua mãe, e nenhuma pessoa intervirá nesta condição. E não é preciso dizer que na relação com outras pessoas o psicótico repetirá esta mesma relação fusional, abrindo mão da diferenciação eu-outro.

3.1 Um breve estudo de caso

Nasio (2001) nos relembra o famoso caso das irmãs Papin. Trata-se da história de duas irmãs, Christine e Lea Papin, que cometeram o brutal assassinato de suas patroas, em 1933. Aqui não enfatizaremos as causas deste ato criminoso, mas sim a história de vida destas irmãs, considerando a relação que estas tiveram com sua mãe, Clémence.

Como reconta Nasio (2001), desde muito cedo as irmãs Christine e Lea tiveram uma criação muito peculiar. Clémence, sua mãe, tinha o estranho hábito de internar e mudar de lugar

as meninas durante toda sua infância e adolescência, sempre as mantendo separadas, cada uma em um lugar diferente. Constantemente, Clémence as tirava dos lugares e as colocava em outros a seu critério, sem deixá-las permanecer por muito tempo em um mesmo lugar, ou seja, impedindo-nas de criar qualquer laço afetivo duradouro que não fosse entre cada uma delas e a mãe.

Deste modo, esta mãe as tratava como se fossem objetos exclusivos de sua posse, levando estas meninas a conhecer apenas um tipo de relação, que era, como cita Nasio (2001), “a célula formada por duas mulheres emparelhadas, bastando uma à outra” (p.196). Deste modo, está estabelecida a relação fusional em que a entrada de um terceiro é vetada. Clémence estava num movimento ininterrupto de internar suas filhas e buscá-las novamente, voltando a reinterná-las e depois retomando-as. Este movimento repetido de afirmar seu domínio sobre as filhas, vigiando-as sempre que quisesse, mostra como ela estava tornando-as submissas.

O porquê deste movimento de apropriação desta mãe pode ser lembrado, mas de fato não nos interessa aqui, pois o importante é nos atentar ao que este movimento gerou como resultado. Sem entrar em muitos detalhes, pode aqui ser dito que Clémence assim agia por seus sintomas paranóicos de que estaria sendo perseguida através das filhas, fazendo com que estivesse sempre as mudando de lugar para despistar os perseguidores.

Certa vez, quando Christine estava trabalhando a serviço em uma casa, resolveu pedir a sua patroa que contratasse também Lea, sua irmã. Com este acontecido, somado ao fato das duas irmãs terem sido criadas pela mãe daquela mesma maneira objetal, aconteceu que as duas desenvolveram entre si uma relação propriamente fusional, repetindo a relação materna. Nasio (2001) descreve o que a relação destas irmãs se tornou:

Felicidade a dois, completude narcísica, mundo fechado em que uma era para a outra a totalidade do universo, compartilhando tudo, numa transparência total. (...) A respeito delas, falou-se muito em ‘almas siamesas’, casal psíquico. Não estamos diante de dois seres idênticos, mas antes, da roupa e seu forro, do original e sua cópia, da voz e seu eco. (p. 200)

Nasio (2001) quis, através desta descrição, demonstrar que as duas irmãs não eram idênticas, aliás, não deveriam ser, senão não seriam completude uma da outra. Eram dinâmicas

diferenciadas, mas que se complementavam, sendo uma parte da outra. Chegaram até a fazer um pacto certa vez, em que jamais deixariam um homem separá-las, marcando, literalmente, o impedimento da função paterna. Enquanto Christine era mais ativa e, de fato, a construtora do delírio, impunha seu delírios à Lea, que por sua vez, era muito mais passiva, receptiva e se deixava dominar pela loucura da irmã. Lea, sendo a fraca da relação, é menos atingida pela loucura que tomava a dupla, e nestes casos basta separar a dupla para que o parceiro mais fraco se recupere do delírio e retome sua vida.

Como conta Nasio (2001), foi justamente o que ocorreu com estas irmãs, que tomadas por um delírio cometeram um crime, foram presas e conseqüentemente, separadas, o que proporcionou a recuperação de Lea, que pôde seguir sua vida, reconstruindo-a ao lado de sua mãe. Já Christine, não suportou a separação de sua irmã, teve sua psicose agravada com diversas crises e acabou morrendo por terem arrancado-lhe um pedaço, pedaço este, que era a própria Lea.

Está claro neste caso tão marcante, que a diferenciação eu-outro estava gravemente comprometida. Estas meninas repetiram uma relação entre si que foi o único modo de relação que aprenderam com sua mãe, a relação fusional, ou seja, a da não diferenciação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depois de todas as colocações dos capítulos um e dois já temos base para algumas considerações finais e essenciais. Afinal, a pergunta que gerou este trabalho ainda não foi diretamente respondida: qual a função da diferença na constituição do sujeito? No entanto, os esclarecimentos teóricos discutidos já apontam para alguma resposta. Os mais apressados responderiam que de acordo com o aqui proposto, a função da diferença é manter a saúde do sujeito. Assim parece, ao descrevermos o processo de constituição, pois percebemos que, quanto mais delimitada é a diferenciação eu-outro, mais a saúde psíquica do sujeito é preservada. Retomemos alguns aspectos para ver se tal conclusão deve ser mantida.

Na neurose, percebemos que a diferenciação é estabelecida sem grandes problemáticas. No entanto, algo muito peculiar ocorre em tal estrutura - no imaginário, a indiferenciação é em certa medida mantida. Por exemplo, na neurose obsessiva compreendemos que o sujeito tenta atingir com outras mulheres a relação de suplência e plenitude o qual ele viveu com sua mãe. Obviamente, trata-se de uma tentativa no plano do imaginário, mas há algo de interessante nisto a ser observado. Percebemos que por mais que a função paterna se instale, o sujeito se mantém numa busca imaginária de uma relação como a materna, ou seja, uma relação fusional. Acontece, portanto, que o sujeito neurótico por mais que tenha alcançado uma concreta diferenciação eu-outro, mantém uma busca pela indiferenciação. Sartre (1967) escreveu certa vez a seguinte passagem sobre a imaginação:

O ato de imaginar...é um ato mágico. É uma encantação destinada a fazer aparecer o objeto pensado, a coisa desejada, para podermos nos apossar deles. Há sempre, nesse ato, algo de imperioso, algo de infantil, uma recusa em levar em conta a distância, as dificuldades. Assim, através de ordens e preces, a criança, de seu berço, age sobre o mundo. A essas ordens da consciência, os objetos obedecem: aparecem.(contra-cap)

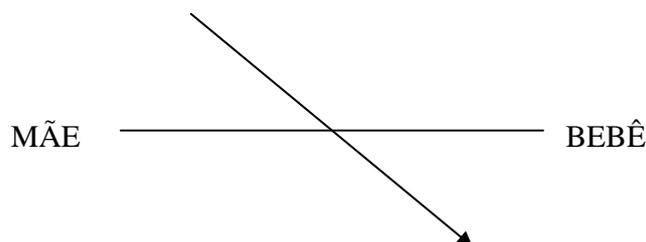
O neurótico, como vimos, prende-se a uma fantasia imaginária, que como descreveu Sartre, 'tem algo de infantil'. Trata-se de uma fantasia que remonta aos primórdios da infância, que diz algo da relação materna. A imaginação então, tenta resgatar aquela relação fusional de

completude, havendo o que Sartre descreveu de ‘uma recusa em levar em conta a distância’. O neurótico recusa-se a esquecer a distância do tempo que passou, pois pela fantasia ele procura reafirmar e rememorar aquela lembrança infantil de muito prazer que foi a relação com sua mãe. Assim, ele viverá mergulhado num saudosismo, como citou Joël Dor (1991), sempre à espera de uma volta a este passado perdido. E para não lidar com a realidade nua e crua que não retrata o tempo de sua infância, ele perpassa na relação com o outro sua mais antiga fantasia, nesta busca incessante daquela que foi sua relação mais prazerosa na vida. Como uma criança no berço, que na ausência da mãe, tenta imaginá-la.

Dorey (2003) em seus estudos sobre a neurose obsessiva, descreve a função desta produção imaginária tão intensa no neurótico. Ele explica que a única maneira do obsessivo sair de seu estado de petrificação interior é justamente através da fantasia: “Condensado, imobilizado, alienado na relação de natureza simbiótica que mantém com sua mãe e que lhe interdita qualquer relação verdadeiramente amorosa com uma outra mulher, (o obsessivo) encontra, graças à fantasia, uma saída que lhe dá acesso ao gozo” (p. 122). Esta passagem nos responde a uma pergunta insistente: mas afinal, por que o neurótico, que teve a diferenciação eu-outro demarcada corretamente, insiste numa fantasia de relação fusional? Ou seja, porque um sujeito que tem a diferença clara e concreta em sua existência, busca justamente o contrário?

Retomando a passagem de Dorey, parece que a fantasia tem função de saúde na neurose, pois sem ela o obsessivo se encontraria impedido de seguir sua vida com uma outra mulher que não sua mãe. Ou seja, ele estaria para sempre esperando por ela, num conflito muito mais monstruoso do que o vivido por ele, afinal, o obsessivo estaria petrificado numa relação incestuosa com a mãe, e numa relação insustentavelmente hostil com o pai. Para que sua vida possa prosseguir num conflito mais ameno e suportável, este sujeito investe numa paixão materna apenas imaginária. A fantasia, portanto, é justamente a saída saudável da neurose. E neste sentido, não seria contraditório afirmar que a não diferenciação imaginária seria a saída saudável da neurose.

Numa ilustração para uso meramente comparativo, o desenho abaixo poderia representar o processo ocorrido na neurose, onde a relação mãe-bebê é interceptada pela função paterna:



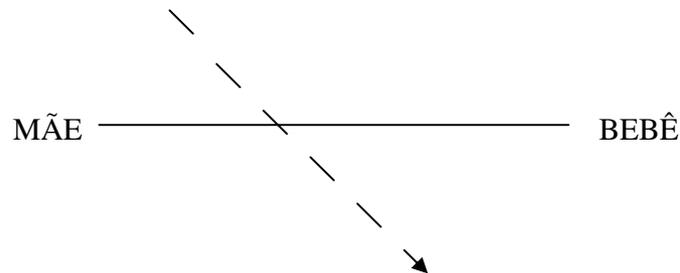
Parece com isso, que a única relação de plenitude que um neurótico tem com alguém é com a mãe, depois disso, ele passará sua vida numa busca incessante sem saber que nunca realizará esta relação novamente. Talvez possa ser por isso que ele relaciona-se com o outro por via de tal fantasia, ou seja, para não ter que se haver totalmente com a angústia de que foi castrado e não será mais o único objeto de desejo materno. Ou nas palavras de Sartre, o neurótico se refugia na fantasia, numa ‘recusa em levar em conta a distância, as dificuldades’. Pois a atual distância de sua mãe será para sempre irreparável.

Como também já discutimos, a perversão traz uma questão um pouco mais complicada. Parece que o sujeito tem ciência de sua diferenciação frente ao outro, no entanto, persiste em um movimento de negação de tal limite. Para um perverso, a diferenciação seria vista precisamente como um limite, já que ele faz um uso indiscriminado do outro. Dorey (2003) defende o fato da dominação na perversão ser algo essencialmente especular. Através de um movimento específico que é ter como desejo o reflexo do desejo do outro, o perverso nega a diferença, já que realiza um movimento de espelho. Dorey (2003) explica a condição do outro frente ao perverso:

Prisioneiro dessa sedução pela imagem, o outro se vê profundamente negado na própria singularidade de seu desejo, em sua alteridade; seu ser desejante não é, propriamente falando, abolido, mas só tem existência na medida em que se mantém na posição de dupla que lhe é determinada. (p. 118)

Dorey (2003) afirma algo que à nossa discussão é de extrema importância. O perverso, embora conhecedor da Lei e da castração, as nega, e, em vista disso, age também negando a alteridade do outro. Dizer que o perverso nega a alteridade do outro é dizer que nega sua própria. Assim fazendo, vai determinar a existência de seu desejo frente à existência do desejo do outro, havendo quase uma relação fusional, embora não chegue a tanto. Percebemos assim, que claramente, a diferenciação, por mais que não seja tão bem definida, serve à perversão como saída saudável, no sentido em que permite ao sujeito, não cair na total relação fusional com o outro, ou seja, cair numa psicose.

Na ilustração da perversão a intervenção da função paterna responsável pela castração do sujeito poderia ser representada com uma linha pontilhada, já que está ali, mas foi negada.



No caso da psicose, como foi explicado no capítulo anterior, a negação da alteridade é clara. Quinet (2003) nos mostrou que a relação fusional mãe-bebê não foi interdita, portanto, o psicótico vive até hoje numa condição confusa entre seu eu e o eu do outro. Mario de Sá-Carneiro (1914) descreveu em um de seus poemas esta condição de angústia:

*Eu não sou eu nem sou o outro,
Sou qualquer coisa de intermédio:
Pilar da ponte de tédio
Que vai de mim para o outro.*
(p. 96)

O psicótico não é ele mesmo nem outro, está como numa condição intermediária, numa ponte de concreto que não se destrói, ligando ele ao outro numa relação de dependência, pois sem o outro, ele não é capaz de sustentar sua própria existência. Esta ponte é perpassada pelo delírio e alucinação, numa vida marcada pela dor e pelo sofrimento. É nessas condições sofridas que a psicose se mantém, sem a diferenciação na relação eu-outro, o psicótico parece estar destinado à uma saída não saudável.

A ilustração da psicose, por nunca ter presenciado a intervenção paterna, pode ser assim considerada:

MÃE _____ BEBÊ

E nessas condições, é ainda justo considerar o psicótico um não-sujeito? Embora não seja tão relevante esta questão para a discussão aqui levantada, parece difícil deixar tal afirmação passar despercebida. Seria justo assim considerar um grupo de pessoas que não são culpadas por sua condição? Considerá-los assujeitados não é afirmar sua já consolidada exclusão social? Até que ponto há a falta de desejo no psicótico? Pois bem, se em Nietzsche (1872), *apud* Onate (2003), vimos que cada pessoa possui sua essência na criatividade, então ser sujeito é, no geral, ser criativo. Consideremos o caso de Dalí, o qual é famoso por sua psicose paranóica. Quem se atreveria a dizer que Dalí, um brilhante gênio do surrealismo não é um ser desejante? Pelo menos por Gala não haveria algum desejo? Então, Dalí um não-sujeito? Não, Dalí um sujeito psicótico, artista e apaixonado. A própria criação do delírio não seria um desejo em tentar se organizar psiquicamente? Deixemos aqui estas interrogações, pois tal proposta não é propriamente o objetivo deste trabalho.

Depois de todas as considerações aqui feitas, parece que só somos levados a concluir uma coisa: a relação fusional, sem alteridade, mãe-bebê é essencial à constituição de um sujeito, ao mesmo tempo, tal relação deve ser superada para que enfim se instale a diferença. Podemos concluir também que esta diferenciação alcançada tem função essencial de preservar a saúde psíquica de uma pessoa. Assim sendo, ela é muito importante na vida de uma pessoa. Sabemos então que a função da diferença na constituição do sujeito é de manter sua saúde psíquica, ou até mesmo de constituição, para aqueles que consideram o psicótico um não-sujeito. Mas uma coisa está certa, tanto a indiferenciação no início da vida, quanto a diferenciação ao longo dela, parecem ter função crucial na vida de uma pessoa. Arriscaria até mesmo a dizer que a não-diferenciação é ainda mais importante, pois sem ela, não existimos, e sem diferenciação é ainda possível a existência, por mais que seja uma existência de muita dor como a do psicótico. A função da diferença? Preservar o sujeito, naquilo que ele tem de mais único.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DOR, Joël. **O pai e sua função em psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991. 123 p.
- DOREY, Roger. Problemática obsessiva e problemática perversa. Parentesco e divergências. In: BRUSSET, Bernard; COUVREUER, Catharine (Orgs.). **A neurose obsessiva**. São Paulo: Escuta, 2003.
- LOGOS: Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia. Lisboa: Editora Verbo, 1997. V.1
- FINK, Bruce. **O sujeito lacaniano**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998. 253 p.
- FREUD, Sigmund. **O caso Schreber**: notas psicanalíticas sobre um relato autobiográfico de um caso de paranóia. Rio de Janeiro: Imago, 1998. 100 p.
- _____, Sigmund. **O Ego e o Id**. Rio de Janeiro: Imago, 1997. 65 p.
- GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica**: cartografias do desejo. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. 327 p.
- HUSSERL, Edmund. **Meditações cartesianas**: introdução à Fenomenologia. São Paulo: Madras, 2001. 172 p.
- JULIEN, Philippe. **Psicose, perversão, neurose**. Rio de Janeiro: Companhia das letras, 2002. 207 p.
- LACAN, Jacques. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998. 937 p.
- _____, Jacques. **O seminário – Livro 4**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995. 450 p.
- _____, Jacques. **O seminário – livro 5**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999. 532 p.
- NASIO, Juan-David. **Os grandes casos de psicose**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001. 244 p.
- ONATE, Alberto. **Entre eu e si**: a questão do humano na filosofia de Nietzsche. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003. 355 p.
- OTTO, Rudolf. **O Sagrado**. Lisboa: Edições 70, 1992. 59 p
- PELIZZOLI, Marcelo. **Levinas**: A reconstrução da subjetividade. Porto Alegre: Edipucrs, 2002. 248 p.
- QUINET, Antonio. **As 4 + 1 condições da análise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002. 115p.
- _____, Antonio. **Teoria e clínica da psicose**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. 238p.

SARTRE, Jean-Paul. **A imaginação**. São Paulo: Difusão Européia do livro, 1967. Contra-capa.

SHINE, Sidney Kiyoshi. **Psicopatia**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000. 149 p.